

HISTÓRIA E COTIDIANO EM UMA CIDADE ESCRAVOCRATA: SENHORES E ESCRAVOS EM SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE OITOCENTISTA.

Samara Magna de Oliveira¹

Resumo: Este trabalho busca analisar a história da Paraíba na visão escravocrata sendo pensada através do cotidiano por meio de como se dava essa relação de senhores e escravos em uma pequena cidade do alto sertão paraibano, São João do Rio do Peixe. Distante do contexto de escravidão das grandes cidades tem como objetivo problematizar através das fontes como eram feitas compras e vendas de escravos, relações de compadrio, de preferência (escravo da casa), as fontes de pesquisas estão localizadas no fórum da mesma cidade, e a maioria são processos crimes, cartas de compra e venda, e inventários.

Palavras Chave: Senhores, Escravos, São João do Rio do Peixe.

A Paraíba riquíssima em suas histórias, e hoje tendo muitas linhas de pesquisa presentes nessa região do alto Sertão Paraibano, como: a seca, e cangaço, foram marcados também pela presença de um tema muito forte que é a escravidão, presente na historiografia como algo bastante trabalhado e discutido de diversos ângulos, e visões diferentes. Entendendo o espaço da Paraíba com suas particularidades quando se trata de relações senhores e escravos, é engano pensarmos que a escravidão na Paraíba se deu de modo passivo e amigável. Por estar distante do contexto de outras regiões escravocratas a onde prevalecia a violência, na Paraíba essa relação foi variada de lugar para lugar. Ganhando sua própria particularidade.

Para isso temos que considerar o lugar onde buscamos nossa pesquisa, São João do Rio do Peixe, localizada no alto sertão paraibano. Sertão esse que foi conhecido a partir da colonização da Paraíba, onde houve lutas contra os indígenas que já habitavam aquela região. E nesse sertão tinha a presença de algumas ribeiras que eram bastante disputadas, dentre elas a ribeira do rio do peixe.

Segundo (ABREU, 2011: pag. 33)

“O estabelecer-se numa ribeira foi desejo e busca constante por parte dos colonos, que se embrenharam pelos sertões adentro deste imenso Brasil. A ribeira trazia relativa segurança para a vida do colono, uma vez que ali dispunha de água para alimentar a si e a seu rebanho. De modo que, inúmeros foram os embates que se travaram entre os colonizadores e os

¹ Graduando em História pelo Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: samymagna@hotmail.com

indígenas, pela posse de terras situadas nessas áreas” (ABREU, 2011: pag. 33).

Assim foi se dando a colonização do sertão, mais como os proprietários d’ Ávila não quiseram povoá-la, os colonos foram se fixando e povoando, aquelas regiões. Conheçamos o caso da ribeira do rio do peixe, como se deu a sua ocupação.

Segundo (ABREU, 2011: pag. 36)

As fazendas multiplicavam-se ao passar dos anos, muitas delas pertenciam a portugueses, como o Capitão-mor João Dantas Rothéa, que era senhor de um “sítio de criar gados na ribeira do Rio do Peixe chamado São João que houve por compra a Casa Da Torre.

João Dantas Rothéa possuía escritura de compra daquele lugar e já tinha se fixado ali há alguns anos, é considerado o fundador da cidade de São João do rio do peixe.

Não podemos negar então um fato curioso, de como esses escravos, chegaram à cidade aqui pesquisada, como se deram as compras de escravos sendo hoje uma cidade ainda muito pequena, ficamos a imaginar como, e de onde eles viam.

(ABREU, 2011: pag. 35)

Percebemos que o processo de ocupação do sertão paraibano não se deu pacificamente. O colono lutaria contra os indígenas, eliminaria os animais do semi-árido, amanharia o campo, formaria o seu rebanho. Não estava ele sozinho, já trazia consigo seus escravos e também sua família.

Percebemos então que ribeira do rio do peixe, atualmente São João do Rio do Peixe, era um lugar bem situado enquanto espaço almejado pelos colonos, que viam de Portugal não só, mais com seus escravos que na sua estada a os sertões da Paraíba foram se multiplicando.

Esse trabalho busca analisar a relação Senhores e escravos em São João do Rio do Peixe, uma cidade onde a escravidão se fez presente, em um período difícil de o senhor exercer sua violência contra o escravo já que esse poder estava se enfraquecendo

Sendo observada essa relação distante de um contexto das grandes regiões escravocratas, e possivelmente de como se dava essa vivência do senhor e escravo, sem defender ou me prender a nenhum lado, cometemos um equívoco ao pensar que em outras regiões houve uma escravidão violenta e na Paraíba a escravidão se deu de modo calmo e tranqüilo.

Falaremos aqui dos variados tipos de relação que se desenvolveram em São João do Rio do Peixe. Fazendo um meio termo de como era essa relação de senhores e escravos, não só mostrando o escravo como o submisso e agredido, mas também, como agentes da história que também lutaram, por sua liberdade, vêem isso através da história da Paraíba, que deu a sua colonização, através de guerras mortas e muita violência, a começar daí, as relações de exploração de poder e submissão, que está enraizado desde o início, e perpetuou no período oitocentista.

A proposta desse trabalho é o início da minha pesquisa para realização da monografia, me detendo neste artigo apenas para algumas questões, sobre essa relação, e perceber como os Senhores e escravos olhavam para essa escravidão, como cada um se observava, dentro dos seus papéis, São João do Rio do Peixe teve na sua essência uma história marcante, registrada pelas fontes do que foi a escravidão, com senhores muito cruéis conhecidos por suas torturas, por volta de 1850 a 1888, tinham escravos submissos, muitas atrocidades eram cometidas consideradas já naquele tempo, algo desnecessário que não era bem visto, e estava sendo aos poucos abolida. Para entendermos melhor dialogamos com Wlisses (ABREU) que diz:

Procuramos aqui acompanhar os modos de pensar e agir de homens e mulheres negras, demonstrando tais capacidades de atuação no interior do sistema. Mesmo estando sob extrema violência e dominação, conseguimos perceber no escravo um sujeito capaz de construir redes de solidariedade, de ressignificar as suas práticas culturais, constituir família, de acumular bens, de se organizar em grupo, atuando e se movimentando nas mais variadas formas (ABREU, 2011: pa20).

Com o passar dos anos, não prevaleceu só à submissão, apenas a violência, mas uma constante luta de mudar essa relação de poder e submissão, os escravos não eram apenas objetos, segundo as fontes mostram que eles sofriam muita violência pelos seus senhores, próximo aos tempos que foi dada abolição já lutavam contra essa agressão, pois sabiam de certa forma que os açoites já teria que ser moderados, que o poder do seu senhor estava se enfraquecendo junto com a escravidão, muitos escravos batiam de frente com os seus senhores sobre isso, ouvem fugas, denúncias e até morte de escravos, visto que não suportavam mais viver sobre os açoites do seu senhor. (ABREU, 2011: pag. 138)

Para aqueles que não conseguiram a sonhada liberdade, a morte muitas vezes servia como libertação de um mundo de violência e sofrimento. Podemos evidenciar esse aspecto na fala de uma negra chamada Clementina, pertencente ao Dr. Francisco José de Sousa e sua esposa Anna Jusselina de Moraes, proprietários residentes no sítio livramento. Esta escrava que havia

convivido com seus senhores desde pequena e já estando velha preferia que lhe abrissem as portas do inferno e nele a Atirasse, que ao ter vivido em companhia de sua senhora 237. A negra já muito velha “não” conseguia encontrar meios suficientes para resistir, preferindo assim encontrar a libertação com a própria morte.

Eles entendiam a submissão, mais já não aceitavam as agressões, que eram consideradas uma extrema maldade, e isso já mostravam as visões que os escravos estavam tendo sobre, o que é essa relação de senhores e escravos. E para isso tiveram ao seu favor a justiça que apesar de ser lenta, e chegar com muita demora a São João do Rio do Peixe, e mesmo tendo coronéis e capitães a seu serviço o que dificultava ainda mais, contribuiu bastante para as denúncias que foram levantadas. (ABREU, 2011: pág. 146):

Em 08 de outubro de 1881, São João do Rio do Peixe é elevado à condição de vila, tendo logo em seguida ocorrido a instalação do seu termo judiciário que continuou subordinado à Comarca de Sousa. Assim esteve o espaço judiciário e policial do alto sertão paraibano até os fins do período imperial. O território são-joanense – alvo mais específico de nossas análises – agora localmente servido por uma burocracia administrativa e judiciária, passava a produzir os seus próprios “papéis”.

É claro que essa relação não se deu de forma muito amigável. O fato de senhores terem sido denunciado por escravos, podemos perceber uma atitude ousada, com uma visão contrária de que os escravos eram indivíduos sem nenhuma preparação, mostrando que os escravos já sabiam a noção de certo ou errado, e também dos seus direitos, mesmo que sendo escravo nem tudo era permitido, existia o limite do senhor e os direitos dos escravos. Já o Senhor nessa relação sempre se sentiu livre para fazer o que tivesse vontade com seu escravo, sempre vendo o mesmo como uma propriedade de valor ou não, se sentiu de mãos atadas, perdendo o seu poder aos poucos, indo aos tribunais para se explicarem de suas atitudes.

Como um processo que está sendo bastante pesquisado, o da escrava Lúcia, que mostra exatamente está ousadia da escrava que denuncia seus senhores por torturas, e maus tratos tendo uma visão ampla da atitude errado de seus donos, e mesmo sabendo que sua atitude poderia gerar ira em seus senhores, e que dificilmente o processo iria ser levado em conta, ela dar um enorme passo, para o fim das amarras da escravidão, apesar do processo ser arquivado, provavelmente por falta de testemunha, mais a frente volta a ser aberto com a morte de Miguel um escravo, e vários escravos resolvem denunciar, tendo os seus senhores que se explicar perante a justiça. Esse é um dos casos mais interessantes e pesquisados em

São João que mostra claramente a visão que os escravos tinham nesse período, que o poder dos senhores estava se enfraquecendo, e os maus tratos não eram mais bem vistos pelas pessoas, e essas atitudes estavam sendo agora penalizadas pela justiça. Como fala ABREU:

A jovem escrava Lúcia é uma das personagens a tomar essa atitude. Moradora na Fazenda Livramento de propriedade dos seus senhores Dr. Francisco José de Sousa e Anna Jusselina de Moraes foge as escondidas na manhã de 27 de outubro de 1881. Sua intenção era denunciar às autoridades judiciárias os açoites excessivos que havia sofrido por parte de sua senhora (ABREU, 2011. Pag. 152).

Em São João do Rio do Peixe também são encontradas fontes que falam da escravidão, de outro lado como as relações de compadrio, muitos escravos buscavam interesses com isso, como conseguir a liberdade de seus filhos, ao construírem os laços de compadrio com os seus senhores, apesar de que depois veio a lei do ventre livre, e toda criança era tida como ingênua, muitos ao batizar a criança, construía vínculos afetivos, pois convivia com a mesma desde o seu nascimento e também a partir dessa aliança algumas vezes era construída as relações sociais dos escravos. Como fala ABREU:

Quando notamos um elevado número de padrinhos e madrinhas livres, somos direcionados a conceber as práticas de compadrio como uma estratégia elaborada pelos pais cativos a fim de conseguirem “proteção” e “conquistarem” maiores espaços de circulação ou até mesmo a sonhada liberdade para seus filhos. Nesse sentido, é interessante perceber que com o compadrio havia um reforço nas relações tanto para com os livres como para os escravos. (ABREU, 2011. Pag. 128).

Percebe-se que os escravos procuravam se encontrar, construir suas raízes no compadrio, que realmente era firmado no batismo, e era também estabelecida certa proteção, definindo algumas vantagens para os cativos, era um alicerce que dava suporte, melhorando e amenizando a vida dos escravos. Como mostra ABREU.

Vemos aqui um caso de padrinhos “por procuração”, sendo o casal Saturnino de Souza Rolim e Anna Maria da Conceição a “representação” dos verdadeiros “protetores” de Raimunda. Esse pequeno trecho do assento batismal nos chama atenção para a capacidade da escrava Maria, mãe da batizanda Raimunda, em estabelecer um vínculo parental com pessoas distantes de seu convívio social (ABREU, 2011: pag. 121).

Outro fator importante na escravidão, e também presente em São João do Rio do Peixe era a compra de escravos internos, que na segunda metade do século XIX, passou essa prática a ir se perdendo, pelas amarras da escravidão que estavam se soltando, muitos senhores resolveram vender os seus escravos, por propriedades e gados, mesmo perdendo sua mão de obra que eram desenvolvidos pelos escravos, eles trabalhavam no roçado vigiando

propriedades na lavoura exerciam todos os trabalhos. Assim houve neste período uma grande venda de escravo no comércio interno.

Notem que para este segundo período (1870-1888) ocorre uma considerável queda, tanto no número de escravos como também em seus preços, sendo mais um reflexo da promulgação de leis imperiais que “aceleravam” o processo de extinção da escravidão. Os proprietários sertanejos atentando para essa realidade foram gradativamente se desfazendo de seus escravos, visto a desvalorização porque passava aquele “bem”. (ABREU, 2011. Pag. 88).

Em alguns processos existem alguns testemunhos, da dificuldade que eles tinham de conviver com os seus senhores, do pesadelo dos maus tratos e os castigos sofridos, para esses escravos a vontade de sair debaixo da conduta do seu senhor era enorme, que muitos ajuntavam dinheiro referente à sua própria quantia e pagava pela sua liberdade.

O escravo José poderia estar reunindo a quantia necessária à compra de sua carta de liberdade, mesmo que não existisse um aparato legal que recobrisse tal prática. Somente com a Lei 2.040, de 28 de setembro de 1871, em seu artigo 4º § 2º, é que ocorreu uma oficialização do costume dos escravos em reunir uma soma em dinheiro para a compra da liberdade: “O escravo que, por meio de seu pecúlio, obtiver meios para a indenização de seu valor, tem direito à alforria” (ABREU, 2011, Pag. 96).

Como mostra acima, podemos perceber que antes mesmo da lei ser exercida alguns senhores já deixavam o escravo livre se o mesmo pudesse pagar seu valor, no trabalho também era levado em consideração, essa confiança que era dada do senhor para o escravo, no chamado escravo vaqueiro que ficava longe do olhar do seu senhor, podendo trabalhar livremente. Como ABREU fala:

Em primeiro lugar, o trabalho com o gado não facilitava a constante vigilância de feitores em torno do chamado escravos-vaqueiros, devido principalmente às condições espaciais do sertão, com Imensos territórios por onde o gado era conduzido, em busca de alimento ou alguma fonte de água em períodos de seca (ABREU, 2011. Pag. 89).

Existiram algumas famílias escravas que provavelmente, por serem escravos de feição dos seus senhores não foram separados, pelos serviços prestados tendo no mesmo alguns benefícios como é o caso de Henrique e senhorinha. Que segundo ABREU (2011. Pag.111): “A união desta família pode exemplificar o “poder” desempenhado pelo lado afetivo e espiritual, no tocante as relações entre senhores e seus escravos”.

Na hora até mesmo de morrer aquele que era mais próximo do senhor tinha suas vantagens, apesar de ter sempre um ritual para aguarda a morte, é claro que muitos não puderam esperar por esses privilégios, mais aqueles que eram de mais proximidade com o seu senhor, esse com certeza teriam um velório como de maneira que o senhor o considerasse. Como fala ABREU:

Possivelmente a pedido de sua falecida esposa, o viúvo inventariante Joaquim Monteiro Maria de Oliveira providenciou todos os cerimoniais necessários da morte, como consta da Conta do funeral, e bem d'Alma da finada D. Anna Maria do Carmo e dos escravos Senhorinha, e Liberato. Isso demonstra que, pela parte senhorial, havia se estabelecido um vínculo de afetividade aos ditos escravos, uma vez que foram sepultados com "regalias" do mesmo modo que a sua senhora (ABREU: 2011 pag. 142-143).

Essa era a realidade da escravidão muitos escravos foram libertos, mais continuava a depender do seu senhor, pois não tinham como sobreviver sem o seu senhor e muitos ficaram até o final da sua vida por este motivo. É claro que muitos escravos também em tempos difíceis tiveram que ser vendido. Quem ficou foram os escravos de extrema necessidade como os escravos da casa, que tinham como os senhores, continuar com eles, os senhores muitas vezes não ostentavam luxo, viviam em casas de taipas. Como fala ABREU.

Muitas destas casinhas eram baixas, com paredes estreitas feitas de barro e pedaços finos de madeira. O chão também era de barro batido, portas Só existiam uma na frente e outra nos fundos, as janelas também não eram muitas (ABREU, 2011. Pag. 90).

Lendo e pesquisando comecei a pensar a escravidão, e ter uma visão diferente sem enxergar a mesma como uma exploração vazia na qual nada tinha os escravos para oferecer além de trabalho duro, e tinham sido os mesmos ignorantes se deixado escravizar, e assim se tornado vitimas dos grandes senhores de escravos, muitas vezes temos um pensamento um pouco preso em ver a escravidão apenas como um fator, a violência e algo que aconteceu apenas em outros estados distante da Paraíba, o que presenciou aqui não foi de fato a escravidão, e sim apenas uma exploração dos senhores com seus subordinados, e alguns autores que trazem uma visão clara, de escravidão de outros ângulos, diferente do que estou trabalhando, mais me ajudaram bastante a pensar e ver o assunto de forma mais ampla, discutindo com eles ao longo da minha proposta de monografia.

Uma autora que traz uma discussão interessante é Silvia Hunold Lara, em Campos da Violência, que também faz uma análise sobre a relação Senhores e Escravos; mas com outra visão reinterpretando esses estereótipos historiográficos dessa violência Senhorial e escrava,

apresentando a crueldade dos Senhores sobre a submissão dos escravos, a autora também observa essa relação de outro ângulo, já que é uma análise do dia-a-dia de Campos de Goitacases sendo uma região muito comum da mão de obra escrava.

A autora tem uma linha de pesquisa com o mesmo objetivo estudar a relação senhores e escravos, mais em outra perspectiva, voltado para a violência em perceber a fundo, que os escravos eram mortos cruelmente por nada, apenas por serem vítimas do poder que mandava nos campos de Goitacases, que eram os coronéis fazendeiros e senhores de escravos, e por isso se matava e maltratava tantos os escravos porque nada era feito.

Outro autor que traz uma visão diferente de escravidão no qual também dialoga, é Robert W. Slenes em Senhores e Subalternos no Oeste Paulista, trazendo a exploração dos senhores sobre suas escravas que deixavam de ter uma simples relação de serviços prestados, para constituírem filhos bastardos e rejeitados, feitos dos laços de domínio dos Senhores com suas escravas, constituindo assim uma herança hereditária, para gerações de Senhores bastardos filhos de escravas, se rompendo somente com a confissão de um filho que liberta sua mãe ao atingir a maior idade confessando o seu grande amor pela mesma.

Nos meus capítulo seguirei as mesmas linhas de pesquisa dos autores analisando essa relação senhores e escravos, sem defender ou me prender a nenhum lado, a crueldade sofrida pelos escravos, ou a boa relação que poderia ser constituída entre o escravo e seu senhor, mais fazer um meio termo de como era essa relação de senhores e escravos, as crueldades mais também as proximidades, o lado bom e ruim dessa relação analisando de outro ângulo já que São João diferente das cidades observadas pelos autores era uma cidade distante das regiões escravocratas tendo uma visão diferente de ver essa Relação de Senhores e Escravos.

Conclusão

Conclui-se assim, neste artigo as resposta da sua proposta estabelecida, a história e o cotidiano dessa escravidão na Paraíba no período oitocentista, como foi essa história visto de outro lado, não das grandes cidades escravocratas, mais sim em São João do Rio do Peixe, uma cidade distante da realidade das relações que se estabeleciam entre senhores e escravos. Desenvolvendo assim vários tipos de relações conflituosas, deixando marcas desse período, de muito sofrimento, mas também entendendo, o cotidiano que era difícil viver de forma precária, e com amarras de uma submissão que foi perdendo seu poder ao longo dos tempos.

Entendendo essa relação de senhores e escravos, não como algo comum de outro lugar, mais uma relação própria e especial do seu espaço que foi desenvolvida. O escravo ele entendia o seu lugar, o de submissão quando quem apenas mandava ainda eram os senhores, mais também entendia que isso foi mudando dando lugar, a novas concepções que nem tudo era permitido, que até para os seus donos grandes proprietários tinham limites, e isso os escravos foram acompanhando até o tempo da abolição, da liberdade, e durante o tempo de violência, se estabeleceram como dito anteriormente as relações de compadrio e de preferência (escravo da casa), e todas essas relações foram de interesses do próprio escravo, estabelecendo assim maneiras de conviver e sobreviver ao lado do seu senhor.

Quebrando o conceito que o escravo era submisso porque não tinha estratégias de lidar com os seus senhores, de conseguir se soltar das amarras pode perceber que se tinha alguém que lutou muito para obter liberdade esse alguém, essas pessoas foram os escravos, vítimas de exploração, muitos morreram sonhando com essa liberdade, e desenvolvendo no outro essa visão de interesses para que pudesse sobreviver a vida em cativeiro.

Sendo assim São João do Rio do Peixe uma cidade escravocrata sim, distante da realidade de outras, estabelece no seu interior, uma história marcante do que foi à relação senhores e escravos vista do ângulo do alto sertão paraibano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Wlisses **Estrela de Albuquerque. Senhores e escravos do sertão: espacialidades de poder: violência e resistência, 1850-1888** / Wlisses Estrela de Albuquerque Abreu. Campina Grande, 2011.

LARA, Sílvia Hunold. **Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro**: Paz e Terra, 1988.

SLENES, Robert W. Senhores e subalterno no Oeste Paulista In _____ **história da vida privada no Brasil**, São Paulo; Companhia das Letras 1997.